



Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

“As Térmitas constituem uma das pragas urbanas que mais prejuízos causam em todo o mundo.”

Assim se inicia a nota de abertura do livro de resumos distribuído aquando da realização do Workshop denominado “Medidas para a Gestão e Combate das Térmitas nos Açores,” em Dezembro de 2006.

Quanto tem sido feito, quanto poderia ter sido feito, quanto será feito?

Interrogações legítimas que assolam qualquer um, nos meses de Junho a Agosto, quando no seu passeio de fim de tarde, no crepúsculo vespertino, pelo centro da cidade ou na recolha da roupa na corda estendida a aproveitar o lindo sol do dia prestes a

terminar, se depara com um bichinho que incomodativamente voa de um lado para o outro à procura de algo.

E a procura só irá terminar quando encontrar a tal fresta na janela, a fissura na rede ou mesmo a janela ou porta aberta que lhe dará espaço para atingir o seu destino, um bom naco de madeira, mole ou dura, tanto faz, pronto a colonizar e protegido da acção da chuva.

Trata-se apenas e só, segundo especialistas, da espécie de térmita de madeira seca mais destrutiva do planeta.

Os anos vão passando e apesar de a Universidade estar a desenvolver um excelente trabalho, apoiado é certo, pela Direcção Regional da Ciência e Tecnologia, no sentido do aprofundamento do conhecimento da biologia das espécies e desenvolvimento de informação científica útil, é também certo que eles próprios têm a noção e referem-no que ainda muito há a fazer.

No entender do Partido Social Democrata já perdemos demasiado tempo. Pois, a par de todo e qualquer estudo, importante sem dúvida, quer para a identificação de meios eficazes de combate e prevenção, quer na experimentação de possíveis técnicas, teria

necessariamente de já ter surgido, ou melhor, terá necessariamente de surgir uma coordenação para todo este processo.

Já alertámos, já o dissemos, já propusemos. E não nos cansamos de o voltar a dizer.

O alerta para esta questão e a subsequente tomada de consciência deste problema deve-se, sobretudo, a particulares que, perante o drama que viam à sua frente e a apatia e aparente desconsideração de autarcas e governantes, abriram a porta de sua casa a jornalistas, responsáveis políticos e à própria Universidade dos Açores, não cessando a sua caminhada até alguém os ouvir e decidir tomar medidas consentâneas.

A legitimidade da encomenda de um estudo, primeiro passo é certo, por parte do actual Vice-Presidente do Governo, então Presidente da Câmara Municipal de Angra, após muita pressão de diversos habitantes da Cidade classificada como Património da Humanidade, cai por terra quando, perante as conclusões apresentadas e perante a descrição de inúmeros edifícios identificados como de destruição severa, se enterra a cabeça na

areia, ao mesmo tempo que se ergue uma bandeira de suposta vitória gritando “fui eu que mandei fazer o estudo”. O dever de responsabilidade deveria ser muito maior, tanto quanto a legitimidade de dar o 1º passo.

O Partido Socialista, qual dono de toda a verdade, braço armado em defesa das atitudes governamentais, sempre prontos a defender o indefensável, nunca quis ouvir, nunca quis saber. Atitude de descaso e tom de brincadeira rodearam o chumbo, por parte da bancada do Partido Socialista, de uma proposta do PSD que apenas e só pretendia dar um contributo numa matéria e numa altura em que muitos dos que aqui estavam sentados nem se apercebiam bem da gravidade do problema.

Perdidos estão os anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006 sem nada praticamente feito. O ano de 2004 passou a ser a data a partir da qual o Governo admitiu ter conhecimento da situação de infestação por térmitas nos centros urbanos de Angra do Heroísmo e Ponta Delgada, no entanto, nunca mencionando sequer a cidade da Horta.

Para o efeito, criou um Grupo de Missão com o intuito de estabelecer um programa de combate às Térmitas nos Açores e de coordenar as acções necessárias à sua execução.

Esse mesmo grupo de missão assumiu-se desde a sua constituição como um órgão meramente consultivo, cujo trabalho se cingiu à apresentação de propostas de solução nesta matéria.

Sabiam que não podiam, nem era prudente, levar a cabo tal missão descuidadamente imposta pelo Governo. A diversidade e natureza das acções a desenvolver, elencadas na Resolução, a coberto de diferentes áreas de competência do Governo Regional não se resolvia criando um grupo com representantes de quase todas as Secretarias.

Resolvia-se, sim, com a criação de um Gabinete específico que assumisse a coordenação e gestão deste projecto em articulação directa com os vários departamentos competentes e com as Câmaras Municipais, tal como, e muito bem, foi proposto.

Mas, tal iniciativa não foi aceite. Ou pior, praticamente nenhuma das estratégias sugeridas por esse Grupo de Missão foi tida em conta.

O que nos leva a pensar se foi uma medida apenas para marcar posição ou uma medida para atirar areia para os olhos das pessoas.

Pode-se mesmo dizer que apenas e só tiveram em conta duas ou três destas sugestões. Nomeadamente, a realização de um mini curso de formação para técnicos das Câmaras Municipais; o financiamento do projecto de investigação e a implementação de apoios financeiros para os proprietários com baixos recursos.

Não pomos em causa o que foi feito, embora continuemos a pensar que foi e continua a ser francamente pouco, para um problema que assume, desde logo, nuances de calamidade pública. É uma matéria de âmbito Regional e tem de ser tratada como tal. Tem de ser o Governo Regional a tomar as rédeas à situação com o apoio complementar das Câmaras Municipais.

Era mais fácil, com certeza, assumir as rédeas a uma qualquer grande e vistosa obra, para isso até brigas haveriam para chamar a si a responsabilidade e subsequente protagonismo.

É pouco, e é isso mesmo que transparece dos vários pareceres chegados à Comissão aquando da discussão do diploma dos

apoios financeiros e é isso mesmo que transparece nas orientações delineadas no livro de resumos apresentado no Workshop realizado em Dezembro de 2006. Mas, nós temos a consciência descansada, nós alertámos para isso. Embora não tenhamos ainda a consciência de dever cumprido. E por isso não desistimos.

Parece não haver uma preocupação efectiva de resolver o problema. Se houvesse não teriam começado pelos apoios financeiros, mesmo porque estes não servem praticamente ninguém, mas sim por um outro conjunto de medidas efectivamente necessárias ao controlo, prevenção e combate do problema.

Se a proposta do PSD tivesse sido aprovada e implementada de acordo com as orientações do Grupo de Missão e da própria Universidade dos Açores, agora a situação poderia estar um pouco diferente.

Não perceberam e continuam sem perceber que um Gabinete Coordenador facilita todo o processo. Não seria, como alegaram mais uma “peça na engrenagem” que só “atrasaria o processo”, seria sim um elemento aglutinador, um elemento que faria a

ligação entre os vários departamentos competentes e com as Câmaras Municipais, um elemento onde estaria a todo o tempo a informação actualizada e pronta para esclarecer quem quer que fosse, um elemento a quem as autarquias poderiam recorrer sem ter de correr capelinhas.

Neste momento, a coordenação deste problema não tem rosto, não há a quem pedir responsabilidades.

A informação é deficiente e logo se vai dizendo: Se for para apoios vá às obras públicas, mas se precisar de licença de obras vá à Câmara Municipal, mas se precisar de descarregar madeira vá colocar no aterro sanitário e chegando ao aterro logo lhe dizem coloque na zona de entulhos!

É na realidade o que se está a passar em Angra do Heroísmo. Uma confusão de informação e de contra informação em que ninguém se entende e que em nada ajuda todo este processo.

Tal como alegaram nesta Casa, o Governo tinha uma estratégia, diferente daquela que o PSD apresentava. Que, segundo o PS e o Governo, assentava, num primeiro momento, na criação do tal



Grupo de Missão e , num segundo momento, na criação de Legislação. A tal dos apoios financeiros, que consubstanciava em si um conjunto de actuações e de princípios sobre a problemática em causa.

O que acabamos por constatar é que o Governo não tem estratégia, está a navegar à vista.

O grupo de missão não foi tido nem achado na essência das suas preocupações.

Os apoios financeiros a quase ninguém servem.

Se não vejamos: segundo informação do Governo Regional, deram entrada 72 processos vistoriados pela Câmara Municipal de Ponta Delgada, tendo sido apresentadas apenas 8 candidaturas e desta uma foi arquivada a pedido do interessado, 4 foram indeferidas por não cumprirem os requisitos legais e as restantes 3 foram aprovadas.

Relativamente, à intervenção em matéria de remoção, encaminhamento e eliminação dos resíduos de madeira



contaminadas, apenas e só relatam dois casos, mesmo porque o diploma apenas se dirige às obras que beneficiem de apoio.

Por isso, reafirmamos que os apoios são importantes, têm a necessidade de serem reformulados face à experiência, mas continuam a ser apenas um complemento relativamente a outras medidas de fundo que têm de ser implementadas.

Enquanto isto não acontecer, não se ataca de facto o problema.

Senhor Presidente da Assembleia

Senhoras e Senhores Deputados

Senhora e Senhores Membros do Governo

Nos Açores já foram reconhecidas, neste momento, três espécies de térmitas. Inicialmente, foram identificadas a térmita de madeira húmida Europeia e a térmita de madeira seca das Índias Ocidentais, esta classificada como a espécie mais destrutiva do planeta, e mais recentemente foi conhecida a térmita subterrânea existente até este momento apenas na Ilha do Faial.

É preciso, de uma vez por todas, encarar o problema. É preciso, de uma vez por todas, deixar de chutar para a frente. As medidas a implementar são difíceis?! Sabemos disso, mas tudo isto faz parte da acção governativa.

Governar não se resume ao anúncio de obras e acções para 2008 ou 2009, também faz parte desta mesma acção a tomada de medidas difíceis, necessárias e conscientes perante problemas graves que nos afectam a todos.

E em vez dos anúncios para o futuro, concentrem-se no presente porque há muito a fazer!

Não haverá uma abordagem correcta desta praga, enquanto não houver:

- alguém que coordene o processo;
- a definição clara de competências;
- a obrigatoriedade de declaração da existência da praga nos edifícios;
- fiscalização do transporte de madeira
- locais próprios para a queima de resíduos;
- mais formação para os técnicos;

- certificação das empresas aptas para actuar;
- certificação das casas para venda;
- levantamento da situação real em todas as ilhas dos Açores;
- fiscalização efectiva nos portos;
- desenvolvimento de campanhas de sensibilização e ensinamento que permitam aos cidadãos colaborar em todo este processo e o saber lidar com tal drama.

Se nada for feito neste âmbito, serão uns a recuperar as habitações e outros omitindo as situações com a consequente propagação da praga aos edifícios entretanto recuperados, ou ainda não infestados. O que, em situações extremas, poderá levar à venda de edifícios infestados. Já aconteceu noutros países e não será nos Açores que deixará de acontecer, e nesses países foram necessárias medidas legislativas para que essas situações fossem prevenidas.

Este é um problema sério, que exige medidas sérias, concretas, efectivas, exige um plano de acção concertado entre públicos e privados, para uma tentativa de atenuação, controlo e prevenção. A área científica já há muito que está a trabalhar e a tentar arranjar possíveis soluções. Enquanto não se consegue um meio

eficaz para tentar atenuar os efeitos, e já que teremos de lidar com esta infestação para todo o sempre.

Façam o vosso papel.

O papel de tentar evitar a dispersão das espécies entre ilhas, entre habitações na própria ilha e a entrada de novas espécies no arquipélago, para além de educar a população para viver com ele durante toda a sua vida.

Por fim, e porque muito já foi dito nesta câmara sobre este assunto e só quem não esteve presente é que poderá ter dúvidas sobre a importância que este problema assume na nossa região, apenas deixo novamente um apelo para que este problema seja tratado de forma diferente do que até agora tem sido, que ouçam os especialistas e sigam o caminho certo.

Porque nunca é tarde para emendar a mão!

Disse.